

UMA EXPERIÊNCIA: exercício da presidência do TRF

JOSÉ DE CASTRO MEIRA*

Juiz do TRF/5ª Região

Sumário

1. Introdução; 2. O Juiz e a Atividade Administrativa; 3. Os Primeiros Passos; 4. Integração com a Primeira Instância; 5. Integração com os Demais Tribunais; 6. Integração com o Conselho da Justiça Federal; 7. Integração com o Ministério Público, Advogados e Professores Universitários; 8. Concursos e Monografias; 9. Publicações; 10. Recursos Humanos; 11. Informática; 12. Inauguração do Edifício-Sede; 13. Conclusão.

1. INTRODUÇÃO

Não é fácil a quem exerceu a Presidência de um Tribunal fazer uma exposição sobre a experiência vivida. Há sempre o risco de falta de objetividade, tendo em vista que o narrador se acha emocionalmente envolvido com os fatos relatados. Atendendo a uma solicitação do estimado colega VLADIMIR PASSOS DE FREITAS, tentarei relatar um pouco do que foi o trabalho que procurei desenvolver no período de 30 de março de 1993 a 4 de abril de 1994, quando, escolhido pela unanimidade dos meus ilustres pares, tive a honra de dirigir o Tribunal Regional Federal da 5ª. Região.

2. O JUIZ E A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

De certo modo, todo magistrado tem alguma experiência administrativa. Todo juiz é um administrador, na medida em que a

atividade jurisdicional exige de cada um de nós o exercício da direção, controle e supervisão dos processos sob sua responsabilidade. O trabalho judiciário é realizado através de uma organização, ou seja, um grupo de pessoas que se esforçam para realizar um objetivo comum. Por isso mesmo, de modo consciente ou intuitivo, usará sempre as técnicas e processos administrativos.

Em recente painel promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, o eminente Juiz OSVALDO ALVAREZ, Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 4^a. Região, de forma dramática acentou que hoje não há mais lugar para o juiz simplesmente jurista que se limita a preparar seus despachos e sentenças. Observou o ilustre magistrado gaúcho que "um bom juiz federal também deve ser um bom administrador. Ele é quem administra a Vara, assim está dito. Ele é quem imprime sua diretriz. Não pode refugiar-se em seu gabinete, escapulindo da secretaria, dos problemas cartorários e dos próprios serventuários".

Tem razão. A experiência que adquirimos na administração da Vara e, principalmente, na direção do foro reveste-se de grande importância. quando assumimos a presidência de um tribunal. Entretanto isso não quer significar que a falta dessas experiências possam determinar o insucesso de uma administração.

3. OS PRIMEIROS PASSOS. ESCOLHA DA EQUIPE

Eleito presidente, a preocupação inicial dirigiu-se à escolha da equipe, procurando estabelecer as modificações estritamente necessárias, de modo a não criar choques desnecessários numa estrutura administrativa que vinha funcionando bem. Malgrado as dificuldades de formação, aperfeiçoamento e treinamento de servidores, há no tribunal um grupo de servidores que adquiriu bom nível técnico, através de

conhecimentos hauridos em serviço ou em cursos de treinamento realizados pelo Conselho da Justiça Federal.

4. INTEGRAÇÃO COM A PRIMEIRA INSTÂNCIA

O passo seguinte foi a busca de um diálogo franco com a Primeira Instância. Para isso, promovemos uma reunião com os Juízes Diretores de Foro e Diretores de Secretarias Administrativas na qual estiveram presentes a Diretora-Geral e todos os diretores das secretarias. Nessa ocasião, cada departamento do Tribunal procurou transmitir aos presentes informações minuciosas sobre as tarefas desenvolvidas, buscando facilitar a comunicação sempre que necessária.

Ainda no mês de abril, 23, esteve presente no Tribunal o Juiz Federal PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA, da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, que proferiu uma palestra sobre o tema "Pontes de Miranda, a Vida e a Obra do Grande Mestre Brasileiro". Prestigiaram os Juízes Diretores do Foro da Região, que, antes da palestra, tiveram oportunidade de trazer os principais problemas de suas Seções Judiciárias.

No dia 7 de junho, o Conselho da Justiça Federal realizou em nosso Tribunal a palestra sobre o tema "Relações entre a Magistratura e os Organismos Policiais", a cargo do eminente Juiz ALBERTO JOSÉ TAVARES VIEIRA DA SILVA, ex-Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Aproveitamos a oportunidade, quando estariam presentes Juízes Federais de todas as Seções Judiciárias, para promover novo encontro entre os magistrados de primeiro grau, deixando a coordenação a cargo da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco. Foi escolhido o tema "A Competência da Justiça Federal para as Questões Relativas a Funcionários Públicos", desenvolvido pelo Juiz Federal MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT, com ampla participação de todos, inclusive de alguns Juízes que também compareceram ao encontro.

No dia 1º de dezembro, tomaram posse os novos Juízes Federais Substitutos, aprovados no 2º Concurso promovido pelo Tribunal. Valemo-nos de evento para realizar nos dias seguintes, 2 e 3, um "Seminário sobre Deontologia da Magistratura", com a colaboração do Prof. GILVANDRO COELHO, da Universidade Católica de Pernambuco, e com a participação de magistrados, advogados e membros do Ministério Público.

Em março deste ano, os novos magistrados foram convocados para outro encontro, coordenado pelo Juiz Federal Substituto ROGÉRIO FIALHO MOREIRA, quando puderam discutir as principais dificuldades que estavam enfrentando nos primeiros dias como magistrados federais. O encontro foi aberto pelo Juiz PETRÚCIO FERREIRA, atual Presidente do TRF da 5ª Região, e encerrado pelo Juiz LÁZARO GUIMARÃES, atual Vice-Presidente.

Além dessas atividades, realizadas na sede do Tribunal, outras foram desenvolvidas nas sedes das Seções Judiciárias. Foram promovidos três simpósios, respectivamente nas Seções Judiciárias dos Estados do Ceará, Alagoas e Sergipe. Foram também realizados cursos de treinamento nas sedes de todas as Seções Judiciárias sobre Informática, Língua Portuguesa, Chefia e Lideranças e Relações Humanas, a cargo de servidores do Tribunal.

5. INTEGRAÇÃO COM OS DEMAIS TRIBUNAIS

Procuramos promover a integração do nosso Tribunal com os demais pretórios, certo de que seria um instrumento valioso para o melhor desenvolvimento de nossas atividades. A nível local, essa integração realizou-se pela presença dos magistrados de nosso Tribunal nos eventos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, pelo Tribunal Regional Eleitoral, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (que nos agraciou com a Medalha Conselheiro João

Alberto Correia de Oliveira, categoria Mérito Judiciário) e também pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Em algumas oportunidades, magistrados de outras esferas compareceram à Corte, apresentando trabalhos sobre diversos temas jurídicos. No dia 30 de abril, o Juiz do TRT da 6ª Região, FRANCISCO SOLANDO DE GODOY MAGALHÃES, atual Corregedor-Regional, pronunciou conferência sob o título "O Direito do Trabalho e as Constituições Brasileiras", em comemoração ao Dia do Trabalho. No dia 5 de outubro, tivemos a presença do Juiz de Direito da Comarca da Capital de Pernambuco, CELMILO GUSMÃO, então no exercício da Vara da Infância e da Adolescência, proferindo palestra sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O curto tempo de nossa gestão não permitiu que nos fizéssemos presentes em solenidades e outros eventos realizados por outros tribunais da região. Todavia, visitamos o Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Sergipe. Através do Juiz JOSÉ DELGADO, o Tribunal fez-se presente a homenagem prestada ao Juiz JOSÉ ROCHA, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte. Do mesmo modo, nos eventos realizados em nosso Tribunal sempre tivemos a presença de Desembargadores, Juízes estaduais, Juízes do Trabalho e Conselheiros do TCE.

Essa integração também se verificou a nível de Tribunais Regionais Federais. Começamos pela 4ª Região. Na gestão do Juiz CAL GARCIA, tivemos a presença da analista de sistemas SUZANA, que veio até nós implantar a informatização do setor de taquigrafia, experiência já vitoriosa no Rio Grande do Sul. Na gestão do Juiz GILSON DIPP, contamos com a colaboração do assessor JUAREZ FREITAS, que realizou interessante trabalho sobre a nova Lei de Licitações. A 1ª também marcou presença entre nós. Em setembro, aqui esteve presente o Presidente daquele Tribunal, Juiz HERMENITO DOURADO, acompanhado do seu

Diretor-Geral, Dr. FELIPE JACINTO, quando se realizou excelente exposição sobre o PRO-SOCIAL. Cabe registrar, ainda, a participação dos Juízes VICENTE LEAL e TOURINHO NETO, em simpósios promovidos nas sedes das Seções Judiciárias do Ceará e Alagoas, respectivamente.

Lembro, por fim, a presença de todos os Presidentes dos Regionais na inauguração da nossa sede, ao lado de Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Por seu turno, nosso Tribunal também se empenhou em prestigiar, dentro de suas possibilidades, os eventos realizados por outros Regionais. Através do Vice-Presidente, Juiz PETRÚCIO FERREIRA, e de outros juízes, compareceu ao Encontro de Juízes Federais, realizado na sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Presente em Brasília para reunião do Conselho da Justiça Federal, compareci a Simpósio ali realizado. Também estive presente à posse da Juíza TÂNIA ESCOBAR, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

6. INTEGRAÇÃO COM O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Minha gestão deu prosseguimento a um trabalho integrado e harmônico com o Conselho da Justiça Federal. A primeira colaboração solicitada envolveu a implantação da folha de pagamento, nos moldes desenvolvidos pelos técnicos do Conselho. Até então, a folha era preparada com assistência técnica de uma empresa especializada, a custo elevado e serviço insatisfatório. Em pouco mais de um mês, foi implantado o novo sistema. Algum tempo depois, surgiu nova melhoria, com a instalação de contra-cheques por meio do terminal. Desse modo, os juízes e servidores passaram a ter informação do valor de sua remuneração no seu próprio local de trabalho, evitando-se o excesso de pedidos de informações à Subsecretaria de Orçamento e Finanças - SOF no dia do pagamento.

Já me referi à realização da palestra proferida pelo Juiz ALBERTO JOSÉ TAVARES VIEIRA DA SILVA, no programa do CJF denominado "Ciclo de Conferências para Juízes Federais". Ressalto, agora, que foi uma interessante oportunidade para maior aproximação do Tribunal com a área da segurança pública. Estiveram presentes o Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco e diversos delegados de polícia, estaduais e federais, além de outras autoridades desse setor.

Importante contribuição deu-nos o Conselho no programa de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos. Cabe destacar dois cursos: o de Técnicas de Auditoria e o referente a Admissões e Desligamentos, Aposentadorias e Pensões. Ambos foram muito úteis para os participantes, especialmente o primeiro, que transmitiu conhecimentos aos servidores da Subsecretaria de Controle Interno de modo a habilitá-los a realizar a Tomada de Contas do Tribunal e Seções Judiciárias, tarefa até então realizada pelos servidores do Conselho da Justiça Federal.

No setor de publicações, emprestou importante ajuda, com a edição dos discursos pronunciados durante a minha posse na presidência do Tribunal e o primeiro volume do Repertório de Jurisprudência de Direito Previdenciário.

O concurso de Juiz Federal Substituto na 5ª Região tem como uma de suas etapas a participação dos candidatos em um curso no qual são abordados temas de interesse do futuro magistrado. Por iniciativa do então Vice-Presidente e Presidente da Comissão do Concurso, Juiz PETRÚCIO FERREIRA, foi convidado o Ministro BUENO DE SOUZA, Vice-Presidente do Conselho da Justiça Federal, que promoveu ampla discussão sobre temas de Direito Processual Civil durante dois turnos.

O Centro de Estudos Judiciários incluiu na sua programação de 1993 um debate sobre a questão da modernização da Justiça Federal.

Solicitou a participação do Tribunal sendo indicados os Juízes LÁZARO GUIMARÃES, membro da Corte, MANOEL ERHARDT, Juiz Federal da 3ª Vara/PE, e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA, Juiz Federal da 2ª Vara/AL. O seminário aconteceu segundo a programação estabelecida, encaminhando-se as sugestões que, posteriormente, foram examinadas por uma Comissão Revisora, em que a 5ª Região esteve representada pelo Juiz Federal MANOEL ERHARDT.

Cabe assinalar que a equipe do Conselho sempre esteve conosco nos momentos em que sua colaboração foi solicitada, trazendo seu apoio e assistência técnica nos diversos setores, com destaque para a área de informática.

Creio que nesses tópicos se pode perceber a boa integração que se manteve com o Conselho, cujas iniciativas sempre foram prestigiadas pelo TRF da 5ª Região. Em todos os seus simpósios, reuniões e seminários ele compareceu, ainda que com apenas um representante.

7. INTEGRAÇÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOGADOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Durante a gestão em análise, em diversas oportunidades foi possível ver a busca de aproximação maior entre o Tribunal e os mais diversos setores da sociedade, especialmente o Ministério Público, os advogados e os professores universitários. A propósito das comemorações do Dia do índio, antecipadas para o dia 16 de abril, estiveram conosco o Procurador da República LUCIANO MARIZ MAIA, o Professor do Curso de Mestrado da Faculdade de Direito do Recife e representante da OAB/PE no Conselho Federal da OAB, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, além de representantes da Universidade Federal de Pernambuco e da FUNAI.

No mês de maio, houve a participação da Chefe da Procuradoria Regional da República e Professora da Faculdade de Direito do Recife, DALVA RODRIGUES BEZERRA que pronunciou a palestra sob o

título "Amor Materno: Realidade ou Mito", em painel do qual também participou o Teólogo TEODOMIRO PEREIRA DA SILVA, com o tema "Maria, Mãe das Mães". Também aqui esteve, no mesmo mês, a Promotora de Justiça e Professora da Faculdade de Direito do Recife ELEONORA DE SOUZA LUNA, que proferiu a palestra "Peculato: Aspectos Gerais".

1993 foi um ano marcado pelo falecimento de um dos maiores juristas brasileiros, SEABRA FAGUNDES, profundamente ligado ao Tribunal, graças aos laços intelectuais e afetivos que o aproximavam especialmente do ex-Presidente, Juiz JOSÉ DELGADO. No dia 16 de junho, o Tribunal realizou sessão solene para homenagear sua memória, sendo oradores o Juiz JOSÉ DELGADO, a Procuradora Regional da República GILDA PEREIRA DE CARVALHO BERGER e o Advogado e Professor JOSÉ RAFAEL DE MENEZES. Nessa linha de homenagem a grandes juristas, foi proferida palestra em comemoração ao 104º aniversário de falecimento de TOBIAS BARRETO, pelo Diretor da Faculdade de Direito do Recife, Professor ROMUALDO MARQUES. O Ministério Estadual também marcou presença em nosso programa de palestras, através da Procuradora de Justiça ROSANA GRINBERG, que abordou o tema "Oferta Publicitária e Publicidade no Código de Defesa do Consumidor".

Além de palestras, contamos com a presença dos nomes mais ilustres da Faculdade de Direito do Recife, que aqui realizaram cursos destinados aos servidores e estagiários do bacharelado em Direito. É o caso dos professores NELSON SALDANHA e MARCELO NEVES, que ministraram cursos sobre temas de Filosofia do Direito, e NILZARDO CARNEIRO LEÃO, sobre Processo Penal.

Registro o Encontro de Juízes Federais realizado com o objetivo de apresentar sugestões aos estudos sobre a Reforma do Código de Processo Penal, Coordenado pelo Juiz LÁZARO GUIMARÃES, atual Vice-Presidente do Tribunal, teve a participação da Procuradora Regional da

República e Professora DALVA ALMEIDA e do Professor NILZARDO CARNEIRO LEÃO.

Desse encontro saíram interessantes sugestões e críticas que foram encaminhadas ao Ministro SÁLVIO FIGUEIREDO TEIXEIRA, Presidente da Comissão Nacional Revisora, instituída pelo Ministério da Justiça.

8. CONCURSOS DE MONOGRAFIAS

Pareceu-me que, inserido na Região Nordeste, cabia ao Tribunal prestar justa homenagem aos grandes juristas que aqui nasceram. Daí a realização de palestras sobre PONTES DE MIRANDA, TOBIAS BARRETO e SEABRA FAGUNDES.

Dentro dessa orientação, foi instituído o Concurso de Monografias sobre o Jurista SEABRA FAGUNDES, recentemente falecido. Apesar da importância de sua obra para o Direito Brasileiro, sobretudo no Direito Administrativo e no Direito Constitucional, sabe-se que os acadêmicos de Direito atualmente já não consultam os livros do Mestre, como há alguns anos atrás, em que "O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário" era leitura obrigatória. Daí a preocupação em promover o concurso, através da Resolução nº 12, de 12 de julho de 1993, com o objetivo de "estimular a pesquisa e o potencial criativo dos servidores do Poder Judiciário e dos estudantes do Curso de Bacharelado em Direito das Universidades Federais e Particulares no âmbito nacional, bem como proporcionar à comunidade o conhecimento profundo da vida e obra do renomado Jurista Seabra Fagundes, através de sua ampla divulgação."

A premiação ocorreu no encerramento das atividades forenses de 1993, no dia 17 de dezembro, sagrando-se vencedores uma servidora do Conselho da Justiça Federal e dois estudantes da Faculdade de Direito do Recife, escolhidos por uma Comissão presidida pelo Juiz JOSÉ

DELGADO e integrada pelo Desembargador MÁRIO MOACIR PORTO e pelo Professor DIÓGENES CUNHA LIMA.

Antes de concluir a gestão, concurso similar foi divulgado, em homenagem a PONTES DE MIRANDA. Houve lançamento solene, em Maceió, com palestra do Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, do STJ. O tempo foi insuficiente para concluir, mas espero que o novo Presidente, alagoano como o ilustre homenageado, adote as providências necessárias para o êxito de tal iniciativa.

9. PUBLICAÇÕES

O Tribunal precisa dispor de meios para rápida comunicação ou para a publicação de trabalhos, quando a utilização das gráficas convencionadas não for possível, sobretudo devido às limitações orçamentárias e à premência do tempo, que impossibilita a espera do decurso dos prazos exigidos por uma licitação.

No início, contamos com o apoio do CJF, que editou os discursos proferidos em nossa posse e o Repertório de Jurisprudência de Direito Previdenciário, surgido de uma iniciativa da Procuradoria do INSS, que nos solicitou um levantamento completo da Jurisprudência do TRF sobre aquela especialidade. Em seguida, porém, foi criada, em caráter experimental, a Central de Editoração Eletrônica, com a aquisição de uma impressora de alta definição. Foram então publicados os discursos pronunciados na posse dos novos Juízes Federais Substitutos e iniciada a publicação do Repertório de Jurisprudência sobre Direito Penal e Processual Penal. Além disso, a Central vinha publicando semanalmente um resumo das principais notícias do Tribunal, com elogiável acabamento gráfico.

10. RECURSOS HUMANOS

A exposição precedente sobre a realização de palestras, encontros, simpósios, cursos e reuniões evidencia que a fase

administrativa aqui descrita caracterizou-se por uma busca de aperfeiçoamento dos servidores do seu quadro.

Cito aqui alguns dos cursos que foram realizados: Relações Humanas no Trabalho;

Chefia e Liderança;

Capacitação e Integração de Dirigentes;

Direito Processual Penal;

Tendências da Filosofia do Direito Contemporânea;

Filosofia do Direito e Ciência Jurídica;

Introdução à Microinformática;

Planilha Eletrônica Quattro Pro;

Editor de Textos Word 5.0;

Técnicas de Auditoria;

Português Usual e Prática de Redação;

Atualização Gramatical e Redação Oficial;

Admissões e Desligamentos, Aposentadorias e Pensões;

Planejamento de eventos e Cerimonial;

Curso de Deontologia da Magistratura;

Visão Estratégica e Comportamento Gerencial.

11. INFORMÁTICA

A Informática, tão importante no desempenho do nosso trabalho, teve ênfase especial nesse período. As gestões anteriores

havia adquirido 60 microcomputadores. Em um ano adquirimos mais 48, os mais modernos existentes.

Um exemplo do que foi possível fazer encontra-se na Subsecretaria de Recursos Especiais e Extraordinários, da Presidência, em que foram proferidos 10.614 despachos de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários.

Houve também aumento do número de terminais no Tribunal e nas Seções Judiciárias, facilitando o acesso às informações processuais por maior número de usuários.

12. INAUGURAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE

A construção do edifício-sede do Tribunal foi uma obra iniciada na administração do Juiz ARAKEN MARIZ e que teve continuidade nas gestões dos Juízes HUGO MACHADO e JOSÉ DELGADO. Recebemos a obra com 79,39% concluídos. Foi preciso um grande esforço para que, não só fosse possível o término da construção, como também a aquisição de mobiliários, equipamentos de telefonia e muitos outros complementos indispensáveis ao funcionamento da nova sede, com 20.708 m² de área construída, distribuídos por 16 pavimentos.

Para agilizar tais providências, constituímos uma Comissão Especial de Licitação, encarregada exclusivamente de providenciar a aquisição de mobiliários e equipamentos destinados à nova sede.

Em dez meses, com apoio de todos, em especial dos Juízes FRANCISCO FALCÃO e LÁZARO GUIMARÃES, nossos companheiros na Comissão de Construção, foi possível levar a cabo a difícil tarefa, ocorrendo a inauguração solene no dia 4 de fevereiro deste ano.

Além disso, o Tribunal deu apoio à construção das sedes do Rio Grande do Norte (já concluída), Sergipe e Paraíba.

13. CONCLUSÃO

Creio haver oferecido uma visão panorâmica do que constituiu o trabalho que procuramos desenvolver durante o período em que presidimos o Egrégio TRF da 5ª Região.

A busca da objetividade nem sempre é alcançada quando o expositor está direta e emocionalmente envolvido nos fatos narrados. Espero, entretanto, haver contribuído, de algum modo, para o oferecimento da experiência aos colegas, sobretudo os que têm sob sua responsabilidade a direção de um Foro ou de um Tribunal.